

PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE COM ENFOQUE NA PRIMEIRA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA: ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTE DE QUILOMBOLAS COMUNIDADE SERRA DA RAJADA

SUSTAINABILITY PRACTICES WITH A FOCUS ON THE FIRST CONSERVATION UNIT IN THE MUNICIPALITY OF CAUCAIA: ASSOCIATION OF QUILOMBOLA REMNANTS SERRA DA RAJADA COMMUNITY

Emanuelly dos Santos Furtado¹

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo estudar práticas sustentáveis tendo como enfoque a primeira Unidade de Conservação do Município de Caucaia, a Comunidade Quilombola Serra da Rajada. Metodologicamente, procedeu-se de um estudo constituído de conteúdos bibliográficos sobre sustentabilidade e principalmente da observação participante dentro do quilombo. Sendo possível com isso estruturar um estudo com informações sobre comunidades tradicionais e suas heranças culturais e conhecimentos sobre instrumentos de práticas sustentáveis, sendo esse ponto considerado o elemento mais importante do trabalho. Concluiu-se que, a Unidade de Conservação Quilombola Serra da Rajada é um local importante para o município de Caucaia por preservar a biodiversidade, sendo possuínte de uma fauna e flora rara e de beleza cênica. A comunidade também se torna importante por se manter fiel aos seus ancestrais na sua forma de gestão dos recursos naturais. Além disso, é notório uma falta de estudo acadêmico dentro do local referente ao tema citado.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Meio Ambiente. Quilombo.

ABSTRACT

This work aims to study sustainable practices focusing on the first Conservation Unit in the Municipality of Caucaia, the Serra da Rajada Quilombola Community. Methodologically, it proceeded from a study consisting of bibliographic contents on sustainability and mainly from participant observation within the quilombo. It is possible to structure a study with information about traditional communities and their cultural heritages and knowledge about instruments of sustainable practices, this point being considered the most important element of the work. It was concluded that the Serra da Rajada Quilombola Conservation Unit is an important place for the municipality of Caucaia for preserving biodiversity, having a rare fauna and flora and scenic beauty. The community also becomes important for staying true to its ancestors in its way of managing natural resources. In addition, a lack of academic study within the location referring to the cited theme.

Keywords: Sustainability. Environment. Quilombo.

INTRODUÇÃO

Kabengele Munanga um grande antropólogo e professor Brasileiro-Congolês acredita que a ancestralidade é um fator crucial para a composição identitária, que tanto foi repassada

¹Discente do curso de Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). E-mail: manudsfurtado@gmail.com.

como uma herança biológica, como é um patrimônio cultural fornecido de forma histórica que a cada nova geração se obtém uma nova evolução e contribuição da comunidade. Munanga também cita seus pensamentos sobre os problemas de identidade negra, deixando claro que vê de forma problemática questões onde as pessoas pretas não conseguem criar sua própria identidade sem se valer de fundamentos mestiços ou branqueamento herdados aos longos dos anos, dando seu ponto de vista final ele afirma que ao tratar de identidade Negra deve-se buscar suas raízes e conscientização histórica e política conservando a luta coletiva tanto por identificação de si mesmo como buscar conhecer a sua ancestralidade (Munanga, 1988 *apud* Santos, 2017).

Ao tratar de reivindicações identitárias através da ancestralidade também se deve citar território e territorialidade já que a relação entre os três conceitos é essencial para analisar os modos de vida de diferentes grupos sociais e suas práticas culturais. A ancestralidade se dá através da herança cultural, histórica e espiritual transmitida por gerações anteriores, ou seja, a ancestralidade é uma forma de fundamentação simbólica que busca orientar os costumes e a rotina de comunidades tradicionais, como povos quilombolas e indígenas. A territorialidade é relativa na forma como os grupos humanos relacionam-se com o espaço geográfico no qual se encontram, se dá através de um processo de construção social do espaço permeado por práticas culturais e simbólicas e também é expressa nas formas de uso da terra e na sua gestão dos recursos naturais. Já o território é um espaço vivido e significativo onde se atualizam os vínculos com os antepassados e materializam as práticas territoriais e são dentro desses espaços que são criadas memórias coletivas e cenários de rituais.

Dentro desse âmbito podemos citar as comunidades Tradicionais Quilombolas, locais onde os escravizados que se colocavam a oposição do movimento escravocratas existente, se reuniram após a evasão da dominação de seus senhores e que segundo Munanga eram espaços não somente de encontros para negros fugidos, mas também local de moradia após a fuga, ou seja, os quilombos vivem em seus territórios específicos propagando sua territorialidade dentro da gestão de recursos naturais, práticas culturais e simbólicas, e transmitindo sua ancestralidade nos costumes de geração para geração (Munanga, 2001 *apud* SOUZA, 2023).

No decorrer do presente trabalho será apresentada definições de práticas sustentáveis a qual são ações que equilibram o desenvolvimento humano, a preservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais. Será apresentado quais as necessidades que fizeram surgir as unidades de conservação (UCs), como a preservação da biodiversidade e irá apresentar o contexto de comunidades tradicionais quilombolas, em específico o Quilombo Serra da Rajada, que por tradição praticam formas de manejo sustentável.

OBJETIVO

Esse trabalho busca fazer um levantamento de práticas sustentáveis dando enfoque na primeira Unidade de Conservação do município de Caucaia, a Associação de Remanescente de Quilombolas Comunidade Serra da Rajada.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O atual trabalho procura estudar práticas sustentáveis, que visam contribuir para a preservação ambiental e manutenção de uma relação equilibrada com o meio ambiente promovendo uma reflexão sobre sustentabilidade a partir da realidade local da Comunidade Quilombola Serra da Rajada.

METODOLOGIA

A metodologia usada no presente trabalho se deu através de abordagem qualitativa com caráter exploratório e descritivo com uma análise documental e bibliográfica com conceitos e definições pertinentes à temática. O trabalho buscou estudar os instrumentos de Gestão Ambiental se aprofundando no aspecto das Unidades de Conservação (UCs) e em como se assemelha essa Gestão Ambiental dentro do contexto das comunidades quilombolas.

O desenvolvimento do trabalho foi conduzido por meio de duas principais metodologias:

1. Pesquisa Documental que teve como objetivo levantar, analisar e interpretar documentos referentes aos instrumentos de gestão ambiental e as unidades de conservação, sendo também analisados documentos específicos sobre comunidades quilombolas e áreas de preservação ambiental.
2. Observação Participante que foi realizada na Comunidade Quilombola Serra da Rajada que é uma unidade de conservação, sendo possível desta forma a compreensão aprofundada sobre práticas de manejo ambiental, saberes tradicionais e os métodos de interação entre os moradores e o ambiente natural.

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento documental e, principalmente de observação participante, o que possibilitou uma compreensão mais profunda sobre a temática

dentro da comunidade. Os documentos selecionados referem-se ao contexto nacional sobre Gestão Ambiental, juntamente com documentos específicos sobre o Quilombo Serra da Rajada que apresentavam práticas de uso dos recursos naturais adotadas pela comunidade.

REFERENCIAL TEÓRICO: PRÁTICAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL

Com o fim da segunda guerra mundial o mundo viu uma necessidade de um desenvolvimento das condições humanas, de convivência social, de habitabilidade terrestre visando preocupação com a questão ecológico-ambiental e de lucro sem manchas, que cortasse os laços com o passado, que visava ao progresso a acumulação de bens e capitais sem escrúpulos, com claras aplicações rotineiras de padrões e condutas desumanas, racistas, preconceituosas, destrutivas do meio ambiente, sem ética nas relações com outras empresas, numa competição desenfreada pelo ganho, via a necessidade de um Estado que não servisse como ponto de lança do imperialismo de exploração dos recursos naturais e humanos onde tornava naturais relações de submissão, como a escravidão como forma de alcançar fins capitalistas.

Todo esse contexto infeliz levou a humanidade à beira do abismo moral e da exaustão humana e ambiental, com isso o pós guerra criou condições para ultrapassar a fatalidade da descartabilidade humana e inseriu o pensamento que o ser humano é o valor fonte que influencia todos os deveres jurídicos e ditou os direitos cabíveis para a sociedade que inclui direitos humanos, direitos a um meio ambiente sadio, direitos sociais e um direito subjetivo público a um governo ético.

Quando se deu início aos anos 90 a ideia das práticas de cuidado com o meio ambiente começaram a serem aceitas pelas instituições empresariais e com o aumento da competitividade ao longo dos anos no mundo corporativo muitas instituições aderiram aos princípios de sustentabilidade que além de serem fatores cruciais para o bem da sociedade, manutenção do planeta e construção de um mundo melhor, afetam diretamente os resultados das empresas, já dentro do âmbito nacional assuntos de ecologia eram temas centrais para os políticos que buscavam se eleger com votos direto desde o início da ditadura.

Nos anos seguintes, surgiram algumas iniciativas e padrões relacionados ao ESG, incluindo os Princípios para o Investimento Responsável da ONU. Essas iniciativas ajudaram a estabelecer um conjunto de diretrizes e padrões para avaliar e relatar o desempenho ESG das empresas, e ajudaram a impulsionar a adoção de práticas mais sustentáveis e responsáveis por parte das empresas em todo o mundo.

No setor público, a aplicação de abordagens ESG difere do setor privado, onde as empresas examinam uma nova forma de lucro. No setor público, a finalidade dessas práticas é ainda mais ampla, pois um dos objetivos da República, conforme consta no início da Constituição Federal de 1988, é o desenvolvimento nacional sustentável. A esfera pública busca uma forma de sustentabilidade e redução do impacto na natureza por meio do pilar ambiental, acompanhado do pilar social, que apresenta as melhores práticas para aumentar a participação da sociedade civil, o controle social e a influência social no setor público, e o pilar de governança, que visa alcançar a transparência por meio da integridade e do combate à corrupção no setor público.

A primeira vez que o Brasil necessitou estruturar uma comissão e assumir opinião sobre as questões ambientais se deu em meados de 1970 com a chegada da fase preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano que viria ocorrer em junho de 1972, em Estocolmo. Sendo essa conferência um marco histórico, uma vez que seria o primeiro grande encontro em âmbito global destinado a tratar dos problemas ambientais onde reuniu-se 113 países. No decorrer da década dos anos 80 a temática sobre o meio ambiente passou por uma série de problemas internos, houve um aumento de impactos ambientais oriundos de várias práticas devastadoras gerada pelo homem que tentava obter um crescimento para a região amazônica, como, práticas de devastação da flora, queimadas, incessantes derrubadas das florestas para a extração de madeiras nobres, desta forma o Brasil se tornou centro da atenção das críticas no decorrer dos anos seguintes.

Chegando a década de 90 com o então presidente da república José Sarney o país se viu no seu pior momento financeiro e empenhou-se para contornar a situação e optou por sediar a grande Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), usando as questões ambientais como efeito catalisador a fim de obrigar o governo a adotar uma política ambiental eficaz.

Embora o ESG esteja se tornado um fator importante para o ramo empresarial, essa abordagem não é exclusivamente de domínio corporativo, segundo Gustavo Junqueira (2021) o setor público por sua própria natureza trabalha práticas ESG em suas ações diárias, e ele espera que o governo crie circunstâncias que incentivem as empresas a terem uma adoção de boas práticas, Junqueira também acredita que o governo logo terá que incorporar os princípios ESG na sua maneira de governar.

Na atualidade são diversos os desafios encontrados pelo setor público quando se trata da implementação efetiva das práticas do ESG (*Environmental, Social and Governance*), essas adversidades podem ser encontradas em diferentes aspectos, podendo ser eles

corporativos, culturais e operacionais. Uma das barreiras que o setor público enfrenta na implementação dessas ferramentas é a internalização de práticas, o que, aliado à falta de conscientização e compreensão da importância do ESG para as atividades diárias, dificulta sua execução. Outro obstáculo é a capacidade de promover atividades educativas para orientar os funcionários da entidade a fortalecerem a adesão às metas de trabalho.

PRÁTICAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL: UNIDADE DE CONSERVAÇÃO QUILOMBO SERRA DA RAJADA

No Brasil houve três momentos importantes pra história das política ambientais, o primeiro momento se deu entre 1930 a 1971 que ficou marcado com a construção de uma base regulamentar para uso dos recursos naturais, logo em seguida vêm os anos de 1972 a 1987 que teve o ápice da ação intervencionista do Estado o terceiro momento se deu em meados de 1988 e segue até os dias atuais e se apresenta nos processos de democratização e descentralização decisórias e pela acelerada dispersão de desenvolvimento sustentável, ou seja, a política ambiental só foi edificada dentro da legislação após a Lei nº 6.938 de Política Nacional do Meio Ambiente que tinha como propósito determinar normas de gestão e proteção dos recursos ambientais.

Dentro da PNMA fica indicado que o meio ambiente abrange a vida em suas diferentes formas, sejam dentro do universo animal, vegetal e mineral. Também é citado que a degradação ambiental é tida como alteração adversa das características do meio ambiente, ou seja, degradação ambiental é referente a forma da má gestão de atividades humanas dentro da natureza em sua forma física, química e biológica. No ano de 2012 o Código Florestal Brasileiro foi atualizado após anos de discussão dentro do Congresso Nacional, a mudança ocorreu para que fosse possível obter um nível de detalhamento para preencher as lacunas que existiam no código anterior, com isso realçou que seria áreas de proteção propriedades rurais tais como Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, também regularizou assuntos como exploração de produtos florestais e o trato especial à agricultura familiar que foram colocados como fator importante, ambientalmente e socialmente, para o país.

Dentro da Constituição Federal de 1988, mas especificamente no caput do artigo 225, que se refere ao meio ambiente, fica aludido que é direito de todos ter um meio ambiente ecologicamente cuidado. Para realizar tal demanda fica imposto ao Poder Público, através da Constituição, juntamente com a coletividade o dever de cuidar do meio ambiente. Com isso o Poder Público ficou responsável por definir, criar e manter espaços territoriais a serem

protegidos, sendo esses espaços protegidos qualquer local com uso de recursos naturais e diversidade de ecossistema, em território nacional que seja merecedor de proteção ambiental, esses espaços também são destinados a proteção diante do processo evolutivo das espécies.

No referido trabalho podemos citar dois Instrumentos de Gestão Ambiental: Unidades de Conservação e Comunidades Quilombolas.

Segundo o BNDES o Brasil até o ano de 2020 contava com um total de 2.446 Ucs divididas entre níveis federais, estaduais e municipais, esse conjunto cobre cerca de 18% do território continental do país e 26% das áreas marinhas. O objetivo original para a criação de áreas se deu com foco em preservar ambientes naturais de características excepcionais e cuidar também da flora e fauna. No nosso país os primeiros parques a serem criados se deu em meados da década de 1930, Parque Nacional do Itatiaia (1937), Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Nacional do Iguaçu (1939). As Unidades de Conservação embora sejam locais protegidos sofrem muitos problemas frente a administração desses espaços, as adversidades encontradas se dão especialmente ao fato de muitos locais ainda estarem em processo de regularização e por serem assuntos de alta complexidade e mesmo assim serem tratados com baixo grau de prioridade.

Ao descrever sobre Quilombos, logo se vem a mente exclusivamente locais com pessoas “fugidas”, entretanto esse pensamento é um tanto atrasado e distorcido e nega o verdadeiro sentido da história dos quilombos, durante o passar dos séculos o local denominado de Quilombo vem sendo ressignificado conforme o tempo e o território de resistência.

No continente africano, local de onde surgiu o termo, a palavra tem o sentido militar, enquanto no Brasil, os quilombos passaram a ser intitulados como um espaço de vivências coletivas já que mantiveram o elo com outros grupos étnicos. Quando entra no momento da pós-abolição as pessoas se mantiveram no mesmo local e procuravam se incorporar novamente ao corpo da sociedade, já que foram marginalizados diante a sociedade e deixados à própria sorte sem direito à moradia e trabalho.

O Projeto Político-Pedagógico das Escolas Quilombolas publicado pela Secretaria de Educação do Ceará traz a informação que segundo o Decreto nº 4.887/2003, os quilombos são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas, utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Atualmente os Quilombos são locais que abrigam pessoas remanescentes de quilombo, ou seja, grupos étnicos que descendem de pessoas que foram oprimidas durante o período escravocrata brasileiro e que lutam pelo direito ao seu território, que é a base da sua

identidade e das suas vivências coletivas. Os Quilombos são encontrados em locais de difícil acesso, a escolha do local era totalmente intencional para que os senhores dos escravizados não os encontrassem com facilidade, atualmente mesmo com o crescimento das grandes metrópoles é notório que as comunidades quilombolas ainda se encontram distantes dos centros.

É importante ressaltar que atualmente as comunidades quilombolas lutam por reconhecimento e políticas públicas que preservem suas histórias e conhecimentos que lhes foram deixados de herança. Dentro do Brasil nos dias atuais existem as políticas de reconhecimento de comunidades quilombolas que são de extrema importância pois é uma forma de desmarginalizar essas comunidades e dar espaço às pessoas que historicamente já são pertencentes ao local, umas das políticas a ser citada como principal foco e desempenha um papel fundamental para não somente para o reconhecimento e titulação mas também na promoção dos direitos e interesses das comunidades é a Confederação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ). Fundada com a missão de representar e defender essas comunidades, a CONAQ atua como uma voz unificada, lutando por políticas públicas inclusivas e pelo reconhecimento de seus direitos.

Outra pauta relacionada a formação de Quilombos que surgiu após pesquisas é a geração de comunidades através de heranças de terras deixadas por antigos senhores e também surgimento a partir da ressignificação de determinados espaços.

No contexto deste debate, o Quilombo Serra da Rajada emerge como um exemplo significativo, localizado na zona rural do Município de Caucaia região metropolitana de Fortaleza, Ceará, a comunidade tem algumas características como os casarões, ruínas do chamado “Castelo” no alto da Serra muros gigantes feitos de pedras e as presenças das famílias-tronco como, Oliveira, Furtado, Pereira e Silva, vemos que estamos diante de um desses espaços ressignificados.

Relatos das histórias sobre a formação da comunidade mostra que os primeiros escravizados foram introduzidos ao lugar com a chegada de portugueses, onde os escravizados trabalhavam na construção dos casarões que existem até os dias atuais juntamente com a construção da primeira igreja da comunidade, a igreja de São Sebastião, os escravizados também trabalhavam nas plantações de café e algodão. Não se tem notícias sobre quais momentos as famílias senhoriais deixaram a comunidade, o que se sabe é que em algum momento os escravizados ressignificam o local ao ocuparem as terras, estruturando no decorrer do tempo o Quilombo.

Moradores mais antigos revelam que há muito já existiam familiares morando na região sobrevivendo da agricultura no cultivo de milho, do feijão, da mandioca, etc. atualmente as famílias continuam trabalhando na agricultura, todos os agricultores da comunidade são contemplados com o Selo Orgânico, certificação oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que é fornecido através do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SisOrg). As comunidades tradicionais Quilombolas são detentoras de grandes conhecimentos sobre o território, como já foi citado antes, assim saberes ancestrais de como lidar com a terra foram repassados de geração a geração, a educação ambiental é de fundamental importância para valorizar e preservar o meio ambiente e ter uma gestão sustentável da terra.

É de extrema importância o reconhecimento dos produtos orgânicos para o Quilombo Serra da Rajada, já que as más práticas ambientais trazem riscos para a saúde da população local, com isso a comunidade se empenha ao promover e acompanhar gestão de políticas públicas sobre questões ambientais sustentáveis. Nesse sentido, é fundamental que a comunidade seja empoderada no seu território e tenha gestão ambiental do seu lugar, uma vez que sua relação com o espaço não é apenas de moradia, mas de ligação ancestral, ou seja, está na continuidade dos seus antepassados em que o solo e tudo o que nele brota é sinônimo de vida e de sacralidade.

Outro fato importante a ser mencionado sobre a Comunidade Quilombola Serra da Rajada é que a comunidade é uma Unidade de Conservação (UC) Municipal de Proteção Integral do Monumento Natural (MONA), segundo a Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA) do Governo do Estado do Ceará, a Unidade de Conservação tem uma área de 373, 85 hectares e um perímetro de 15.146,53 metros e tem como objetivo preservar o ecossistema natural de relevância ecológica para o município.

O Quilombo foi escolhido como sendo a primeira Unidade de Conservação através do Edital de nº 03/2018 - Seleção de Propostas para Apoio do Programa de Incentivo às Unidades de Conservação Municipais no Estado do Ceará (ProUCm), O ProUCm tem como finalidade o aumento das unidades de conservação do estado do Ceará, apoiando os municípios não somente na criação, mas também na efetivação da gestão dessas áreas protegidas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quando lidamos com Gestão Ambiental no Brasil percebemos que se trata de uma série de instrumentos legais, políticos, econômicos e sociais que destinam-se a proteger o meio ambiente e possibilitar o desenvolvimento sustentável. É perceptível que a gestão ambiental é hoje uma das ferramentas mais importantes para proporcionar equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, conservação dos recursos naturais e a garantia de qualidade de vida para as comunidades. Diante de um cenário de mudanças climáticas, degradação ambiental e crise dentro dos modelos já existentes de preservação, destaca-se a necessidade de fortalecer práticas sustentáveis, principalmente as desenvolvidas por populações tradicionais que mantêm o cuidado e dão continuidade a ensinamentos passados por seus antepassados como a cultura da agricultura familiar.

A ser citado como exemplo a comunidade Quilombola Serra da Rajada, localizada no município de Caucaia - CE, mostra-se como a gestão ambiental pode ser aplicada de forma competente referente ao assunto. A comunidade tem a agricultura familiar como sua principal fonte econômica e social, plantando alimentos sem uso de agrotóxicos e com técnicas tradicionais que respeitam os ciclos da natureza.

O cuidado com a terra juntamente com o selo de produto orgânico torna-se essencial uma vez que não somente agrega valor econômico aos produtos, como também permite acesso a mercados diferenciados, como a Feira Agroecológica que acontece no Parque Estadual do Cocó, que disponibiliza alimentos diretamente ligados a agricultura familiar, programas como o Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar, que tem como objetivo incentivar a alimentação saudável das crianças juntamente com a educação alimentar e também garante ao consumidor que o alimento foi totalmente produzido com responsabilidade ambiental e social.

Com o uso de práticas como a compostagem, rotação de culturas, manejo sustentável da água e preservação de regiões de vegetação nativa, a comunidade da Serra da Rajada mostra que é possível sim produzir de forma sustentável, protegendo os solos, mananciais e a biodiversidade local. A gestão ambiental nesse caso não se estende somente a proteção do meio ambiente mas também à gestão de território com a transmissão de saberes ancestrais que valorizam a relação de respeito com a terra, à valorização do conhecimento tradicional, ou seja, esse conjunto de ações fortalece a cultura Quilombola e promove a educação ambiental para as novas gerações, atualmente a Escola Quilombola Yara Guerra Silva trabalha o projeto Agrinho, com duração do período de maio a setembro de 2025, que tem como finalidade despertar nas crianças e adolescentes o interesse e a consciência de manter a saúde do meio

ambiente trabalhando assim a educação ambiental não somente dentro da escola mas em toda a comunidade.

Dessa forma, a correlação entre Agricultura Familiar e selo orgânico associado aos ensinamento da Escola local torna-se não apenas uma forma de estratégia econômica mas também um instrumento de resistência frente às ameaças do desmatamento, da especulação imobiliária e da expansão de modelos agrícola predatório, isto significa que o Quilombo Serra da Rajada é um exemplo que a gestão ambiental quando construída de forma participativa e integrada aos modos de vida tradicionais, contribui diretamente para a conservação dos recursos naturais, para a segurança alimentar e para a construção de sociedade mais justa e sustentável.

CONCLUSÃO

Em resumo, o estudo permitiu compreender como a Unidade de Conservação Quilombola Serra da Rajada mantém práticas que são fundamentais para o equilíbrio e manutenção do meio ambiente. As práticas sustentáveis desenvolvidas pela comunidade, construídas a partir de saberes ancestrais e de uma relação de profundo respeito com a natureza, demonstram que é possível conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento social, cultural e econômico.

As participações em feiras tradicionais e a agricultura familiar, é a forma como se demonstra essa sustentabilidade, pois representam tanto atividades econômicas como espaços de fortalecimento dos laços coletivos, partilha dos saberes e sobretudo de resistência. Nego Bispo afirma que “nós não fazemos roça só pra comer, fazemos pra existir, para resistir e para manter o mundo funcionando do nosso jeito”. essa afirmação demonstra com exatidão a realidade observada dentro do Quilombo Serra da Rajada, onde as práticas agrícolas não se desconectam do cuidado com o território, da cultura e da história do quilombo.

Vale ressaltar que o selo orgânico vem como uma forma de diálogo direto com as normativas do Estado, sendo uma novidade incorporada pela comunidade, sendo assim, já que as práticas agrícolas se manifestam como uma forma de cuidado com o território, consequentemente sendo a expressão dos saberes tradicionais, o selo surge como uma exigência externa que, apesar de certificar que seja possível a inserção em determinados mercados, também se revela como uma tensão dentro do encontro entre a vida quilombola e as burocracias estatais. Embora ainda limitado, essa comunicação mostra como a comunidade busca preservar sua autonomia, mesmo quando se é necessário se adequar as lógicas formais.

Perante o exposto, percebe-se que a sustentabilidade dentro da Serra da Rajada, é uma manifestação de resistência cultural e política, mas do que práticas isoladas é fruto de uma maneira de vida que se recusa a se desligar da natureza e da sua existência. O estudo também mostra o quão importante é dar visibilidade a uma comunidade tradicional que embora tenha sua importância histórica, cultural e social, também possui uma carência de pesquisas que abordem, de forma específica, suas práticas sustentáveis, seus desafios e suas potencialidades, ou seja, é uma comunidade pouco estudada no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Agência BNDES de Notícias. **Unidades de conservação**: os diferentes tipos e suas contribuições para o desenvolvimento. [S. l.]: BNDES, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Unidades-de-Conservacao-os-diferentes-tipos-e-suas-contribicoes-para-o-desenvolvimento/>. Acesso em: 26 maio 2025.

BARROS, Dalmo Arantes *et al.* Breve análise dos instrumentos da política de gestão ambiental Brasileira. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 22, nov. 2012.

BENETON, Marco Antonio. A aplicação do sistema ESG ao processo de formação das leis: adaptação do processo legislativo ao mundo contemporâneo para o enfrentamento de novos desafios no setor público. **Revista Jurídica Profissional**, v.1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rjp/article/view/84999>. Acesso em: 26 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diretoria de Estudos Internacionais. Boletim de Economia e Política Internacional. Brasília: Ipea, 2010.

FURTADO, Gilcilene Ferreira; CARDOSO, Maria Conceição Silva. A Escolarização no Quilombo Serra da Rajada: avanços e desafios a partir das falas da comunidade. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização do Campo e Pedagogia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

JUNQUEIRA, Gustavo Diniz; MEIRELLES, Henrique. ESG no governo e na gestão pública. **O Estadão**, São Paulo, 29 jul. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Atica, 1988.

SANTOS, Susyanne Ribeiro da Silva. **Um olhar reflexivo sobre a constituição da ancestralidade e da identidade negra na obra Olhos D'Água, de Conceição Evaristo**. 2017. 16 f. Artigo (Graduação em Letras Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Caucaia cria primeira unidade de conservação (UC) de proteção integral.** Fortaleza: SEMA, 2018. Disponível em:

<https://www.sema.ce.gov.br/2019/06/28/caucaia-cria-primeira-unidade-de-conservacao-uc-municipal-de-protecao-integral/#:~:text=A%20UC%2C%20com%20%C3%A1rea%20de%20373%2C85%20hectares,natural%20de%20relev%C3%A2ncia%20ecol%C3%B3gica%20para%20o%20munic%C3%ADpio.&text=%E2%80%9CA%20UC%20enquadrada%20na%20categoria%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o,mas%20para%20o%20Estado%20do%20Cear%C3%A1%E2%80%9D%2C%20disse.> Acesso em: 16 maio 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. **Projeto Político Pedagógico das Escolas Quilombolas:** princípios formativos e orientações. Fortaleza: SEDUC, 2022. Disponível em:

https://www.seduc.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/37/2022/02/ppp_escolas_quilombolas. Acesso em: 16 maio 2025.

SOUZA, Antônio Gustavo de Araújo. **A territorialidade como espaço educativo no Quilombo Serra do Evaristo, Baturité, Ceará.** 2023. 38 f. Monografia (Curso de Pedagogia) - Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, CE, 2023.